

A Igreja, comunidade escatológica de salvação

(Eclesiologia do Vaticano II)

O Concílio Vaticano II faz-se eco de uma nova tomada de consciência eclesial, em que a Igreja é compreendida sobretudo como acontecimento resultante da intervenção-acção escatológica de Deus em Cristo. Quando em 1962 foi apresentado aos Padres o primeiro esquema *De Ecclesia*, foi severamente criticada a sua concepção prevalentemente jurídico-social e a visão estática da Igreja. Pediu-se expressamente que a Igreja fosse vista na sua realidade profunda como mistério em relação ao seu fundamento trinitário e cristológico, a partir do desígnio salvífico de Deus. Insistiu-se também para que fosse sublinhada a dimensão escatológica, ausente no esquema. Assim o Concílio, correspondendo a estes pedidos, apresenta a realidade da Igreja como objecto de fé, inserida numa visão mais ampla da história da salvação e da sua realização progressiva em tensão para a escatologia do Reino de Deus. Foi esta perspectiva histórico-salvífica que permitiu ao Concílio evidenciar a dimensão escatológica da Igreja na sua origem, na sua natureza, na sua história, na sua missão e na sua meta. O Concílio põe de facto em relevo o carácter eclésio-escatológico de toda a economia da salvação, desde a intenção salvífica de Deus até à sua consumação final, passando pela sua realização histórica ¹.

¹ Relativamente à dimensão mistérico-escatológica da Igreja são de importância fundamental os capítulos I, II e VII da *Lumen Gentium* e o capítulo I do decreto *Ad Gentes*. Este completa em certos aspectos o capítulo I da *Lumen Gentium*. Das intervenções dos Padres que criticavam a concepção jurídico-sociológica do primeiro esquema da *Lumen Gentium* e propunham uma eclesiologia mais teológica e cristocêntrica, salientamos: LIÉNART, AS I/IV, pp. 126-127; KÖNIG, *ib.*, pp. 132-133; ALFRINK, *ib.*, pp. 134-135; DE SMEDT, *ib.*, pp. 142-144; ELCHINGER, *ib.*, pp. 147-148; DÖPFNER, *ib.*, pp. 183-189; SUENENS, *ib.*, pp. 222-227; MAXIMUS IV, *ib.*, pp. 291-294; ANCEL, *ib.*, pp. 379-381; FRINGS, AS II/I, pp. 343-346; GARGITER, *ib.*, pp. 359-362.

1. A estrutura eclesial e escatológica da economia salvífica

A Igreja é apresentada como mistério, em sentido bíblico, «quanto realidade divina, salvífica e transcendente que se manifesta e revela de um modo visível»². Esta compreensão da Igreja ultrapassa o aspecto meramente jurídico da sua fundação como um acto isolado de Cristo, para remontar ao seu fundamento ontológico sobrenatural e à redescoberta da sua estrutura sacramental. O mistério da Igreja encontra a inteligibilidade profunda e o fundamento primeiro no Mistério originário, por excelência, que é a Vida Trinitária³.

A partir da manifestação económica da Trindade na missão do Espírito e na missão do Filho, o Concílio descreve a origem trinitária da Igreja. Em última análise, ela tem a sua origem naquela comunhão de vida e de amor no interior da Trindade — a que em linguagem teológica chamamos processões —, que se exterioriza e comunica aos homens por iniciativa gratuita do Pai no envio do Filho e do Espírito. A Trindade está na base da Igreja não só como origem, mas também como modelo e finalidade. O Concílio apresenta assim uma visão simultaneamente teológico-económica da Igreja, isto é, na sua relação essencial à vida divina intratrinitária e na sua realização histórica. Por isso, ao tratar do mistério da Igreja, da sua natureza íntima e da sua missão, seja a constituição *Lumen Gentium* seja o decreto *Ad Gentes* tomam como frontispício a exposição do plano salvífico de Deus, segundo a teologia de Ef. 1, sobre a revelação da salvação através da Igreja⁴.

² *Schema Const. De Ecclesia. Relationes de singulis numeris. De titulis et introductione*, AS III/I, p. 170. *De Ecclesiae mysterio* é o título programático do cap. I da *Lumen Gentium*; cf. SC 2; 5,2.

³ «Jam ex inscriptione patet Ecclesiam ut obiectum fidei proponi et non tantum in sua extrinseca manifestatione describi. Caput istud in tres sectiones dividitur. *Prima sectio*, n. 2-4 ostenditur Ecclesiam ex Deo Uno et Trino oriri, nempe ex Patris consilio, missione Filii executioni mandato et sanctificatione Spiritus Sancti completo: sicque ostenditur doctrinam de Ecclesia in dogmate primario christianismi fundari» (*Schema Const. Dogm. De Ecclesia. Commentarius*, AS II/I, p. 229); cf. também *Schema Const. De Ecclesia. Relatio generalis*, AS III/I, p. 179; Y. CONGAR, *Principes doctrinaux* (n. 2 à 9), in: *L'activité missionnaire de l'Église. Décret Ad Gentes* (dir. J. SCHÜTTEN), Paris 1967, pp. 186-187.

⁴ LG 2-4; AdG 2-4; «Notum est autem quod apud S. Paulum, notatim *Eph. 1*, revelatio de salute per Ecclesiam secundum munus trium Personarum exhibetur. (...) Haec citatio, quae ad naturam ecclesiae spectat, in sqq. paragraphis adhibetur» (*Schema Const. De Ecclesia. Relationes de singulis numeris 2*, AS III/I, p. 171); cf. Y. CONGAR, *a. c.*

A iniciativa é atribuída ao Pai como fonte originária de todo o amor, que na relação sobre o número 2 do decreto *Ad Gentes* é explicitado com o termo bíblico «agapé», para sublinhar o aspecto de comunicação e doação gratuitas, de generosidade pura⁵. Deste amor dimana o propósito salvífico de Deus de chamar os homens à participação e comunhão de vida com Ele em Cristo. O Concílio põe então em relevo a estrutura eclesial e escatológica deste plano salvífico. Deus escolheu-nos e destinou-nos a participar da filiação divina em Cristo, a tornarmo-nos filhos no Filho *!e*, consequentemente, a construir n'Ele uma família de irmãos, de que Ele é o primogénito. Este projecto não visa somente à salvação de cada um em particular, de modo individual, mas tende sobretudo à formação de um povo que reúna os filhos de Deus e onde cada um encontre a salvação. No plano de Deus, a salvação é um facto essencialmente comunitário. O Concílio põe em correspondência o carácter eclesial da salvação oferecida por Deus com a dimensão do homem criado à imagem de Deus:

«Como Deus criou os homens, não para viver individualmente mas para formar uma sociedade, do mesmo modo lhe agradou santificar e salvar os homens, não singularmente, excluída toda a relação mútua, mas constituindo-os em povo, para que o conhecessem na verdade e o servissem santamente⁷».

O carácter eclesio-escatológico do projecto salvífico está intimamente conexo com o seu carácter crístico, já que a comunhão de vida e glória a que Deus nos chama se realiza definitiva e plenamente em Cristo. A intenção salvífica de Deus aponta já para a formação de uma comunidade definitiva de salvação em Cristo. Este aspecto escatológico é expresso claramente no decreto *Ad Gentes* quando se pretende dar a razão da actividade missionária da Igreja, a partir da finalidade visada por Deus no seu plano criador e salvador:

⁵ Cf. *Relatio super Schema Decreti De Activitate missionali Ecclesiae*, Typ. Pol. Vat. 1965, p. 4.

⁶ A Igreja aparece assim na sua origem como uma dimensão do propósito salvífico de Deus. «De même que la volonté de Dieu est un acte et qu'elle s'appelle le monde, ainsi son intention est le salut des hommes, et elle s'appelle l'Église» (CLÉMENT D'ALEXANDRIE, *Pédagogue I*, 6, 27.2 (G. S. C. Clem. p. 106 1.9-11) citado por Y. CONGAR, *a. c.*, p. 189).

⁷ GS 32, 1; cf. LG 9,1; 13,1; AdG 2,2; GS 24,1.

«Finalmente, graças a esta actividade missionária, Deus é plenamente glorificado, enquanto os homens acolhem consciã e plenamente, a sua obra salvífica que levou a termo em Cristo. Assim, através dela, realiza-se o propósito de Deus, que Cristo serviu em obediência e amor para glória do Pai, que o enviou a fim de que todo o género humano forme um só povo de Deus, se reúna num só corpo de Cristo, se edifique num só templo do Espírito Santo. Isto, sem dúvida, enquanto favorece a concórdia fraterna, corresponde à aspiração íntima de todos os homens. Assim, finalmente, realiza-se o desígnio do Criador, que criou o homem à sua imagem e semelhança, quando todos os que participam da natureza humana, regenerados em Cristo pelo Espírito Santo, na visão unânime da glória de Deus, poderão dizer 'Pai nosso'»⁸.

2. A preparação da Igreja na história da salvação

Depois de apresentar a economia do Pai na base do mistério da Igreja, o Concílio passa a ocupar-se sobretudo nos capítulos primeiro e segundo da *Lumen Gentium*, da sua realização progressiva na história, fazendo ver como desde o início vai tomando uma configuração histórica, comunitária e visível. Deus toma o homem como *partner* de relação e entra em diálogo com ele enquanto membro duma comunidade. Enquanto a salvação oferecida por Deus é crística e eclesial já desde o início, a realidade da Igreja, como comunidade de salvação perpassa, de certo modo, toda a história da humanidade desde o primeiro ao último eleito. É este o motivo pelo qual o Concílio, ao traçar os vários momentos da história da formação da Igreja, que compendia no número 2 da *Lumen Gentium*, como esboço programático, começa por dizer que a Igreja «é já prefigurada desde o início do mundo». Inspirando-se no tema patrístico da *Ecclesia ab Adam* (símbolo da humanidade) ou *ab Abel* (símbolo dos justos), o Concílio indica assim a transcendência e universalidade

⁸ AdG 7,3; LG 9,2. A motivação da acção missionária não é só por causa da salvação eterna dos homens, «sed propter Dei propositum cui Christus obedierit et amanter inservit ad gloriam Patris qui misit eum, ut universi homines unum efforment Populum Dei, in unum Corpus coalescant Christi, in unum coaedificentur Templum Spiritus Sancti» (*Relatio super Schema Decretti De Activitate missionali Ecclesiae*, p. 5).

da Igreja, como comunhão de graça, no tempo e no espaço⁹. Desde o início, Deus manifesta-se à primeira comunidade humana e, mesmo depois da recusa do seu amor através do pecado, continua a chamar os homens e a ocupar-se solícitamente deles: na sua iniciativa de graça faz brilhar a promessa da redenção e desperta, conseqüentemente, a expectativa de salvação¹⁰.

A economia de salvação prevê contudo uma preparação particular em ordem à comunidade dos últimos tempos. A promessa da redenção foi particularmente confiada a um povo, Israel, no qual a Igreja mergulha as suas raízes sob um ponto de vista histórico: «foi admiravelmente preparada na história do povo de Israel e na Antiga Aliança»¹¹. Esta preparação é vista não só a nível tipológico prefigurativo, mas também a título de inclusão inicial: é o povo de Deus na sua peregrinação histórica a partir da vocação de Israel até à plena realização em Cristo.

Sob a imagem do Povo de Deus, o Concílio apresenta uma compreensão da Igreja, ou melhor, uma dimensão do mistério da Igreja no seu processo histórico-escatológico, situando-o no horizonte das grandes inter-relações histórico-salvíficas e da promessa messiânica. A Igreja como povo de Deus está colocada na sequência de Israel não só como sucedâneo, mas como sua realização plena, como a sua

⁹ O segundo esquema *De Ecclesia* falava explicitamente de «Ecclesia universalis ab Abel iusto usque ad ultimum electum». Foi porém levantada uma dificuldade da parte de vários Padres, dado que se começava por falar da Igreja universal e imediatamente a seguir da Igreja católica em sentido mais escrito. Para obviar a tal dificuldade, a expressão «Ecclesia universalis» passou para depois da citação patrística, adquirindo mesmo uma conotação escatológica. Mas pretende significar também que ninguém se pode salvar sem Cristo e a Igreja, pois que a relação sobre o texto actual remete para a nota 1 do segundo esquema, em que o tema *Ecclesia ab Adam ou ab Abel* é ilustrado com várias citações patrísticas, assim sintetizadas: «Pro illis omnibus, essere de Corpore Christi vel Ecclesiae, inde ab Adam vel ab Abel, significat: per fidem, a Christo, unico mediatore, cuius influxus efficax tempora et loca transcendit, salutem accipere. Ecclesia, sic concepta ut communio salutis et gratiae, per incarnationem Verbi pressius determinatur ut societas hierarquica et communitas mediorum salutis, sed semper in eadem perspectiva universali et eschatologica. Cf. Y. M.-J. CONGAR, *Ecclesia ab Abel*, in: *Festschrift Karl Adam*, Düsseldorf 1952, pp. 97-98» (*Schema Const. Dogm. De Ecclesia*, AS II/I, p. 222). Cf. AS III/I, pp. 171-172; H. MÜHLEN, *Una mystica persona*, Roma 1968, p. 460.

¹⁰ DV 3.

¹¹ DV 3; LG 9; Nae 4,2.

dimensão definitiva, enquanto herdeira das promessas messiânicas, embora ainda a caminho da meta final¹².

Em ordem à realização do desígnio salvífico universal, Deus escolheu um povo como *partner* dialogante, ao qual se manifesta de modo particular. «Desde o início da história da salvação, Deus elegeram os homens, não só como indivíduos, mas como membros de uma comunidade. A estes eleitos, manifestando-lhes o seu desígnio, chamou-os «seu povo» (Ex. 3, 7-12), com o qual depois estabeleceu aliança no Sinai»¹³.

Fruto da eleição gratuita de Deus, Israel é convocado como povo por Ele, tendo sido salvo da escravidão do Egipto. Enquanto povo, Deus constituiu-o *partner* de aliança e sujeito guarda e portador da promessa-esperança de salvação para todos os povos. Através desta relação preferencial consagra-o como seu povo, condu-lo através dos caminhos da história para que sirva o seu nome e seja seu testemunho. O povo do Antigo Testamento é já chamado Igreja de Deus¹⁴.

A economia do Antigo Testamento era porém destinada a pre-

¹² O facto de a *Lumen Gentium* ter tratado separadamente da Igreja como mistério e como povo de Deus obedeceu simplesmente a um critério metodológico de clareza. Di-lo a relação geral sobre o cap. II, ao apresentar as razões da inserção do capítulo sobre o povo de Deus imediatamente após o capítulo sobre o mistério da Igreja: «Expositio 'de Populo Dei' revera *ad ipsum mysterium Ecclesiae*, in se consideratum, respicit. Materia haec, cuius momentum biblicum clare apparet, et cuius expositionem plurimi Patres et fideles vivide expectant, a fundamentali declaratione de intima Ecclesiae natura et fine separari nequit. Si autem haec materia in ipso Capite I reponeatur, moles huius Capituli I nimis excresceret». E mais adiante: «*Aptior distributio materiae* obtinetur si in Capite I *de Ecclesiae* mysterio agatur de Ecclesia in tota sua amplitudine ab initio creationis in proposito Dei, usque ad consummationem coelestem. Deinde in Capite II, de eodem ipso mysterio quatenus 'inter tempora', scilicet Ascensionis Domini Elusque Gloriosae Parousiae, ad beatum finem progreditur» (*Schema Const. De Ecclesia. Relatio generalis* Cap. II, AS III/I, pp. 209-210). Na introdução explicativa ao n. 9 da *Lumen Gentium* afirma-se: «Novus Populus non simpliciter Populo antiquo succedit, sed eum secundum promissiones Prophetarum perficit pignore Spiritus Sancti, licet Populus novus beatam consummationem adhuc expectat» (*Ib.*, p. 193). Esta explicação é muito importante enquanto constitui a chave hermenêutica de todo o número. Cf. A. GRILLMEIER, *Kommentar zum II. Kapitel der dogmatischen Konstitution über die Kirche*, in: *LThK Vat. II/I*, p. 177.

¹³ GS 32, 1; cf. LG 9,1.

¹⁴ LG 9,1,3; 16; NAe 4,2; DV 3.

parar a vinda do Reino messiânico. Deus conduz o povo sempre sob o signo da promessa da salvação messiânica. O Israel histórico leva já em si a tensão dinâmica em ordem à sua (con)figura(ção) ideal e definitiva como povo de Deus, projectada no futuro, na era messiânica. O Concílio realça este aspecto ao resumir o teor das promessas proféticas, citando Jer. 31, 31-34. Então Deus estabelecerá uma relação nova com o seu povo através de uma aliança nova e definitiva, caracterizada por uma revelação mais plena, uma presença mais íntima e universal e por um conhecimento mais íntimo e pessoal da parte do povo.

«Todas estas coisas aconteceram como preparação e figura daquela aliança nova e perfeita a realizar em Cristo, e da revelação mais plena que devia ser transmitida pelo próprio Verbo de Deus feito carne. 'Eis que virão dias, diz o Senhor, em que estabelecerei uma nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá... Porei a minha lei nas suas entranhas e escrevê-la-ei no seu coração; e serei o seu Deus e eles serão o meu povo... Todos me conhecerão desde o mais pequeno ao maior, diz o Senhor' (Jer. 31, 31-34)»¹⁵.

Esta nova relação de Deus com o povo está também tenuamente expressa sob a imagem binómica pastor-rebanho, quando o Concílio apresenta a Igreja como rebanho, de que Deus mesmo pre-dissera que seria o pastor¹⁶.

A história de Israel como povo eleito, povo de aliança e da(s) promessa(s) constitui pois, segundo o Concílio, uma configuração visível e comunitária do desígnio salvífico de Deus e simultaneamente, anúncio profético do povo messiânico, da comunidade dos tempos últimos.

3. A Igreja, Povo messiânico, Corpo de Cristo e Templo do Espírito

A realização do propósito salvífico universal de Deus entra na fase definitiva com Cristo e a sua dimensão eclesial fica também marcada por esta situação salvífica nova e definitiva. Em Cristo, Deus

¹⁵ LG 9,1; DV 14-15.

¹⁶ LG 6,2.

quer estabelecer a comunhão plena de vida com a humanidade, uma nova economia e uma nova comunidade de salvação — a comunidade dos tempos últimos. Cristo assume a índole comunitária da salvação e (e)leva-a à plenitude¹⁷.

A Igreja como comunidade visível de salvação é compreendida pois na sua referência e dependência essencial de Cristo, acontecimento escatológico, no qual e através do qual Deus realiza a plenitude da sua autocomunicação aos homens.

A Igreja é vista como comunidade escatológica de salvação não só a título cronológico enquanto sucede a Israel como povo, mas sobretudo a título cairológico enquanto nasce, participa, vive e é sinal da salvação eficaz, definitiva, irrevogável e insuperavelmente revelada e realizada em Cristo, Verbo de Deus incarnado. Na sua natureza íntima e misteriosa, a Igreja está unida definitivamente com Cristo e com a sua obra salvífica. O acontecimento Igreja não provém só de um acto singular de Jesus, de uma instituição-investidura formal e jurídica, mas é fruto de todo o seu mistério e de toda a sua obra salvífica: a Igreja do Verbo Incarnado. O Concílio põe em relevo o alcance eclesiológico dos vários momentos deste mistério — encarnação e anúncio do Reino, morte, ressurreição e dom do Espírito — que impregnam de carácter escatológico a Igreja na sua fundação histórica por Cristo e na sua estrutura fundamental como Povo de Deus, Corpo de Cristo e Criatura do Espírito, destinado a crescer em ordem ao Reino escatológico, de que já agora é germen e início. Conjuga assim dois modos de tratar a fundação e o ser da Igreja: o dogmático e o histórico-salvífico¹⁸.

4. Povo messiânico

Na base do nascimento da Igreja, está a solidariedade salvífica do acontecimento de Cristo que tem o seu fundamento radical na encarnação. Esta traz em si a tensão à incorporação, à re-capitulação, à

¹⁷ LG 2-4; AdG 3; GS 32,2; 40,2.

¹⁸ LG 1-5; 7; 8,1; 9; 52; SC 5-6; DV 4. «*Intentio autem est ostendere Ecclesiam, cuius descripta est intima et arcana natura, qua cum Christo Eius opere in perpetuum unitur, his in terris inveniri in Ecclesia catholica*» (*Schema Const. De Ecclesia. Relationes de singulis numeris* 8, AS III/I, p. 176). Neste n. 8 da *Lumen Gentium*, a Igreja é apresentada como fruto e órgão de salvação. Cf. J. ALFARO, *Unitas institutionis theologicae iuxta Vaticanum II, Seminarium* 11 (1971) 227-228; A. GRILLMEIER, *a. c.*, p. 159.

união da comunidade humana sob a influência salvífica de Cristo — a chamada dimensão eclesial da graça capital de Cristo. Ao assumir a humanidade na dimensão comunitária, o Verbo de Deus incarnado cria uma solidariedade ontológico-salvífica, constitui-se centro de unidade da comunidade humana que, por sua vez, fica radicalmente elevada a uma nova unidade salvífica. É esta reflexão que está presente ou pressuposta quando o Concílio coloca a nova economia ou o mistério pascal como fundamento da Igreja¹⁹.

Em correspondência com as fontes neo-testamentárias e certamente tendo em conta as investigações da exegese moderna sobre o exórdio pré-pascal da igreja, o Concílio faz remontar o início da sua fundação ao anúncio do Reino de Deus, expressão com que Jesus proclamou o irromper da nova economia da graça.

«O mistério da santa Igreja manifesta-se na sua própria fundação. Com efeito, o Senhor Jesus deu início à sua Igreja proclamando o feliz anúncio da vinda do Reino de Deus, prometido desde os séculos nas Escrituras: 'Cumpriu-se o tempo; aproximou-se o Reino de Deus' (Mc. 1, 15; cf. Mt. 4, 17)»²⁰.

Ao estabelecer uma conexão directa entre o começo da Igreja e a inauguração do Reino, o Concílio teve em vista realçar a Igreja como comunidade escatológica de salvação. O texto da *Lumen Gentium* acena de facto ao movimento de reunificação à volta de Jesus, desencadeado pela pregação do Reino: «Aqueles que acolhem a sua palavra com fé e são agregados ao pequeno rebanho de Cristo, receberam o Reino». Este mesmo traço aparece na escolha do grupo dos doze de entre a comunidade dos discípulos, chamados a ser o germen do novo povo de Deus, portanto representação e sinal do novo Israel, com função de sinal escatológico²¹.

¹⁹ SC 83; LG 7,1; 52; 55; UR 2,1; AA 8,2; AdG 3,2; GS 22; 32,2.

²⁰ LG 5,1; cf. também 3; 6,1.

²¹ AdG 5. Este número trata do mandato missionário da Igreja fundado na missão dos Apóstolos. Muitos Padres criticaram o conceito demasiado hierárquico da actividade missionária expresso neste número e manifestaram o desejo de que se partisse do povo de Deus na sua totalidade, como se fizera na *Lumen Gentium*, e se passasse depois ao ministério hierárquico. A Comissão doutrinal, depois de explicar a perspectiva diversa do decreto

A força atractiva e reunificadora da obra salvífica de Cristo evidencia-se de modo particular no acontecimento da sua morte. Evocando o tema patrístico do nascimento da nova Eva do lado do novo Adão adormecido na cruz, o Concílio revela o momento soterio-ecclesiológico da morte de Cristo e apresenta a Igreja como efeito, fruto e actualização da salvação de Cristo. A significação da morte de Cristo na cruz para o nascimento da Igreja é expressa ainda dentro da perspectiva do Evangelho de João e da patrística através da palavra de Jesus em Jn. 12, 32: «E eu quando for elevado da terra atrairei todos a mim» e pelos sinais da água e do sangue sacramentalmente interpretados, isto é, enquanto símbolos do baptismo e da eucaristia, constitutivos da Igreja²².

A morte de Cristo é vista nos seus aspectos multiformes de sacrifício de redenção, reconciliação, re-união, sacrifício da nova aliança e no seu significado salvífico universal²³.

A solidariedade salvífica da morte de Cristo (o *propter nos e pro omnibus*) — expressão existencial culminante da solidariedade ontológica da encarnação — está na base do nascimento da Igreja, enquanto povo redimido-adquirido por Deus. Na morte de Cristo *pro omnibus*, Deus estabeleceu a aliança nova, definitiva e universal. A aliança é o acto fundamental da constituição do novo povo de Deus como povo messiânico. Como outrora Deus escolheu e formou

o seu povo libertando-o da escravidão do Egipto e com ele fez aliança no Sinai, assim agora adquire um novo povo, formado de entre todos os povos, libertando-o da escravidão do pecado em virtude da oblação redentora de Cristo. Estabelece uma nova aliança com ele e torna-o objecto da sua complacência. A pertença ao novo povo não está condicionada aos laços exteriores do sangue, da raça, ou da herança, mas só à fé em Cristo pelo acolhimento da palavra de Deus e da vida nova no baptismo e no dom do Espírito. Enquanto fruto da acção salvífica de Cristo, o Messias, o novo povo participa do seu múnus messiânico: é povo messiânico dotado de carácter profético, sacerdotal, real e carismático, que testemunha no mundo o senhorio salvífico de Cristo. É significativo a este propósito que o Concílio, para caracterizar a Igreja como povo messiânico, cite a passagem clássica da teologia do povo de Deus, 1 Pedr. 2, 9-10, em que os atributos de Israel são transferidos para a Igreja como novo povo de Deus e Israel escatológico, no qual a promessa da salvação feita a Israel aparece aplicada aos pagãos.

«Cristo instituiu este novo pacto, isto é, a nova aliança no seu sangue (cf. 1 Cor. 11, 25), convocando um povo dentre os judeus e gentios, que formasse uma unidade não segundo a carne, mas no Espírito, e constituísse o novo povo de Deus. De facto, os crentes em Cristo, regenerados não pela força de um germe corruptível mas de um incorruptível, por meio da palavra do Deus vivo (cf. 1 Ped. 1, 23), não em virtude da carne mas da água e do Espírito Santo (cf. Jn. 3, 5-6), constituem 'uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, um povo de Deus adquirido para si ...; os que outrora não eram um povo, são agora povo de Deus' (1 Ped. 2, 9-10)»²⁴.

O momento soterio-ecclesiológico da morte não aparece contudo separado da ressurreição. O Concílio teve a preocupação de o precisar, a pedido de um Padre: a Igreja nasce de Cristo morto e ressuscitado, «o qual morreu pelos nossos pecados e ressuscitou

Ad Gentes que pressupõe sempre a *Lumen Gentium*, acrescenta: «Commissio denique explicare voluit, iam in ipso initio duos aspectus adesse, in quantum apostoli, quibus mandatum activitatis missionalis impositum est, tam germen totius novi populi Dei appellandi sunt (sicut ex. gr. numerus '12' ut numerus trium Israel exprimit) quam exordium sacrae hierarchiae sunt. Sic iam ex ipso initio indicantur nunc et officium totius Ecclesiae et mandatum speciale, quod hierarchiae ecclesiasticae competit» (*Relatio super Schema Decreti De Activitate missionali Ecclesiae. Relatio de n. 5, p. 69*).

²² SC 5,2, pondo em nota a referência a St. Agostinho. «A Igreja, isto é, o Reino de Cristo já presente em mistério, cresce visivelmente no mundo pelo poder de Deus. Este início e este crescimento são significados pelo sangue e pela água saídos do lado aberto de Jesus crucificado (cf. Jn. 19, 34) e preanunciados pelas palavras do Senhor acerca da sua morte na cruz: 'E eu, quando for elevado da terra, atrairei todos a mim' (Jn. 12, 32)» (LG 3). A uma proposta para eliminar esta passagem, a Comissão respondeu: «Commissio iam antea statuit agi debere de 'acqua et sanguine' quae sacramenta significant» (*Schema Const. De Ecclesia Cap. I: De Ecclesiae mysterio. Modi a patribus conciliaribus propositi et a Commissione doctrinali examinati*, AS III/VI, p. 79). Cf. A. GRILLMEIER, *a. c.*, p. 160.

²³ LG 7,1; 9,2; NAe 4,2; AdG 3,2; GS 78,3.

²⁴ LG 9,1; cf. SC 14,1; LG 10-12; 35-36; NAe 4,2; AdG 15,1; PO 12,2; R. SCHNACKENBURG, *L'Eglise dans le Nouveau Testament*, Paris 1964, pp. 169-170; E. SCHILLEBEECKX, *La Chiesa, l'uomo moderno e il Vaticano II*, Roma 1966, p. 233.

para nossa justificação»²⁵. *O propter nos* da morte e o da ressurreição vão aqui conjugados simultaneamente em ordem ao nascimento da Igreja como duas faces de um só acontecimento — o mistério pascal de Cristo. A dimensão salvífica universal (e portanto eclesial) da morte torna-se eficaz e definitiva na ressurreição. O Senhor glorificado continua presente e actuante na Igreja: a sua presença e a sua acção fazem dela verdadeiramente comunidade e acontecimento escatológico.

2. Corpo de Cristo

A plenitude e profundidade da relação que intercorre entre Cristo glorificado e a Igreja, é expressa sobretudo no tema da Igreja-Corpo de Cristo. Para o Concílio trata-se de algo mais que uma simples imagem. Corpo de Cristo é expressão do próprio ser da Igreja e da característica profunda do seu mistério. Por isso mesmo lhe é dedicado todo o número 7 da *Lumen Gentium*²⁶. Logo no primeiro

²⁵ LG 9,2. «Dictum est de novo Populo orto ex morte et resurrectione Domini, ut voluit E/585» (*Schema Const. De Ecclesia. Relatio de n. 9*, AS III/I, p. 193). Note-se a propósito a divergência entre este número e o n. 5 da *Sacrosanctum Concilium*, em cujo esquema inicialmente proposto se dizia no então n. 1: «Hoc autem humanae Redemptionis et perfectae Dei glorificationis opus... adimplevit Christus Dominus, praecipue per suae beatae Passionis, ab inferis Resurrectionis et gloriosae Ascensionis paschale mysterium ex quo Ecclesia nascitur, crescit et nutritur» (AS I/III, pp. 695-696). Esta versão foi depois emendada como segue, com a seguinte motivação: «Pag. 6, lin. 4, delentur verba 'ex quo Ecclesia nascitur, crescit et nutritur', ne dici videretur Ecclesiam nasci non ex morte Christi in cruce sed etiam ex resurrectione et ascensione. Ideo proponitur nova formula. Post 'mysterium paschale' fit citatio praefationis paschalis: 'quo mortem nostram moriendo destruxit, et vitam resurgendo reparavit. Sic paucis verbis explicatur quid sit mysterium paschale et quidem verbis ipsius Liturgiae. Postea de natiuitate Ecclesiae fit oratio iuxta verba Litterarum Encyclicarum *Divinum illud munus*... 'De latere Christi in cruce morientis ortum est totius Ecclesiae mirabile sacramentum'» (*Emendationes ad Schema de Sacra Liturgia. Relatio*, AS I/III, p. 704). Por sua vez, nas emendas ao n. 6, lê-se: «Linn. 14 et 15, loco 'morte sua nos... a morte liberasse... et resurrectione sua in regnum Patris transtulisse' dicitur: 'morte sua et resurrectione sua nos a morte liberasse et in regnum Patris transtulisse', ne insinuat quasi distinctio inter effectum mortis et effectum resurrectionis, quae distinctio non est in re fundata» (*Ib.*).

²⁶ «Patres praesertim duo postulaverunt: 1) ut antiquus numerus 6, de imaginibus, antiquo numero 5, de Corpore mystico anteponatur, quia haec ultima expressio, scilicet Corporis mystici, plus quam imago est, et pro-

parágrafo faz-se ver intencionalmente como a noção de Corpo de Cristo completa e caracteriza a de povo de Deus da nova Aliança, pois exprime mais adequadamente a sua referência cristológica fundamental. Pelo mistério pascal de Cristo culminante no dom do Espírito, o povo de Deus torna-se Corpo de Cristo: «Comunicando o seu Espírito fez de todos os seus irmãos, chamados de entre todos os povos, como que seu Corpo, de modo misterioso (*mystice*)»²⁷. Assim leva a termo a incorporação da humanidade iniciada na encarnação.

Seguindo de perto a teologia paulina, o Concílio divide a temática em duas partes. Na primeira (§ 2-3), trata da união da Igreja em Cristo, mais precisamente, da união com Cristo e da solidariedade dos membros que formam em Cristo um Corpo de comunhão, sobretudo através dos sacramentos do baptismo e da eucaristia. Na segunda parte (§ 4-8), desenvolve o tema das cartas do cativoiro sobre Cristo Cabeça (Chefe) e do seu influxo salvífico na Igreja. Para o nosso tema interessa este segundo aspecto em que o Concílio põe em evidência a plenitude da relação entre Cristo e a Igreja, ao sublinhar a função e a actividade «capital» de Cristo, como fonte e centro vital donde promanam toda a graça e toda a vida do povo de Deus.

«A Cabeça deste Corpo é Cristo. Ele é a imagem de Deus invisível: n'Ele todas as coisas foram criadas. Ele é anterior

fundius in Ecclesiae mysterium introducit... His desiderii satisfacere Commissio doctrinalis voluit» (*Schema Const. De Ecclesia. Relatio de singulis numeris 6*, AS III/I, p. 173; cf. também p. 180).

²⁷ LG 7,1; 9,2; 15,1. O texto do esquema *De Ecclesia* de 1963, ainda anterior à inserção do novo capítulo *De Populo Dei*, mostrava mais claramente como a Igreja, povo de Deus, era elevada a uma condição mais sublime como Corpo de Cristo: «Christus Dei Filius, in natura humana Sibi unita morte et resurrectione sua mortem superando, Populum Dei ad novam et sublimiorem conditionem evexit. Mittens enim Spiritum suum credentes non tantum huc Populo aggregat, sed fratres suos, ex omnibus gentibus convocatos, ut filios Dei adoptivos ac Sui coheredes (cf. *Rom.* 8, 15-17), in Se unit et tamquam corpus suum mystice constituit» (*Schema Const. Dogm. De Ecclesia*, AS II/I, p. 217; cf. *Commentarius. Sectio II 5*, *ib.*, p. 230). Com a inserção do capítulo sobre o povo de Deus, todos os elementos referentes a este, como a comparação do Corpo com o Povo de Deus, foram transferidos para o cap. II. Todavia, na versão actual do n. 7,1, a noção de Povo de Deus está aí presente em «fratres ex omnibus gentibus convocatos». Sobre a relação entre Povo de Deus e Corpo de Cristo: Y. CONGAR, *L'Eglise comme Peuple de Dieu, Concilium* 1 (1965) 28-32; R. SCHNACKENBURG-J. DUPONT, *L'Eglise, Peuple de Dieu, ib.*, 91-94.

a todos e tudo subsiste n'Ele. Ele é a Cabeça do Corpo que é a Igreja. É o princípio, o primogénito dentre os mortos, para que tenha o primado em tudo (cf. Col. 1, 15-18). Pela grandeza do seu poder domina sobre todas as coisas do céu e da terra, e pela sua acção e perfeição soberana enche todo o corpo com as riquezas da sua glória (cf. Ef. 11, 18-23)»²⁸.

Cristo é a Cabeça do corpo, isto é, Senhor da Igreja, a título de primogénito dentre os mortos, ou seja, como Senhor ressuscitado e glorificado. Como tal, exerce o seu senhorio sobre a Igreja fazendo-a participar da vida gloriosa própria da sua humanidade divinizada. É neste sentido que a Igreja é plenitude de Cristo, enquanto Ele a cumula com a plenitude dos seus dons. O significado de plenitude toma aqui uma significação escatológica. Cristo mesmo é a fonte de energia que anima o crescimento da Igreja, a renova através do Espírito e a conduz à meta final. A Igreja como seu corpo que vive em estreita dependência d'Ele é realidade dinâmica e leva já em si a tensão escatológica. A Igreja nos seus membros é assumida no mistério pascal, o que comporta a comunhão de destino a atingir a plenitude total — a medida do homem perfeito — em Cristo²⁹.

Permanecendo ainda dentro da temática da carta aos Ef. sobre a relação Cristo-Igreja, o Concílio associa ao tema do Corpo o tema da esposa, que aparece frequentemente nos textos conciliares³⁰. Também este tema aparece intencionalmente como complementar do anterior. De certo modo para prevenir um possível monofisismo eclesiológico, o Concílio pretendeu, com a imagem da esposa, exprimir aquela mesma união íntima e profunda que acabámos de referir, mas agora apresentada mais acentuadamente em termos de relação interpessoal, de alteridade: Cristo une a si a Igreja com um laço de amor indissolúvel e exige da parte dela correspondência na

²⁸ LG 7,4. A divisão do n. 7 em duas partes, segundo a temática das cartas paulinas, foi feita a pedido dos Padres, nomeadamente da conferência episcopal alemã. Sobre o tema de Cristo-cabeça, a relação sobre o n. 7 diz: «...et thema de Capite Christo, qui super omnes eminet et corpus suum Spiritu suo donisque suis replet et crescere facit usque ad plenitudinem» (*Schema Const. De Ecclesia. Relationes de singulis numeris 7*, AS III/I, p. 174). O § 4 trata do primado de Cristo-cabeça na criação e na Igreja. Cf. PO 5,5; LG 50,3.

²⁹ LG 7,5-8; AdG 9,2.

³⁰ SC 7,2; 84-85; LG 4; 6,5; 7,8; 9,3; 39; 65; UR 4,6; PCh 1,2; 12,1; GS 43,6; DV 23.

fidelidade, na obediência, na submissão. De novo acentua a Igreja como realidade salva, pela qual Cristo se entregou para a santificar e purificar e que Ele faz participante da sua vida.

«Cristo na verdade, ama a Igreja como sua Esposa, fazendo-se modelo do homem que ama a esposa como o seu próprio corpo (cf. Ef. 5, 25-28); a própria Igreja está sujeita à sua Cabeça (ib. 23-24). 'Como n'Ele habita corporalmente toda a plenitude da divindade' (Col. 2, 9), enche com os seus dons divinos a Igreja, que é seu corpo e plenitude, para que ela tenda e chegue à plenitude total de Deus (cf. Ef. 3, 19)»³¹.

A união perfeita com o Esposo consumir-se-á na sua vinda gloriosa. Entretanto, o Espírito condu-la já na esperança em direcção a esse encontro final: «Com efeito, o Espírito e a Esposa dizem ao Senhor Jesus: vem! (cf. Apoc. 22, 17)»³².

3. Criatura do Espírito

A missão do Espírito, dentro da perspectiva histórico-salvífica do Concílio, é constitutiva da própria Igreja, da sua dimensão (natureza) pneumática (carismática), como acontecimento de graça. No acontecimento do Pentecotes, a Igreja é definitiva e publicamente constituída e manifestada como comunidade de salvação. O Pai envia o Espírito de Cristo glorificado para levar a termo o seu desígnio salvífico universal, precisamente enquanto completa a obra realizada por Cristo, como coroamento do mistério pascal³³. O Espírito

³¹ LG 7,8. «Denique per figuram Sponsae insistitur super intimam unionem Christi et Ecclesiae, quae tamen a Sponso suo remanet distincta, eique fideliter oboediens. Sic pervenitur rursus ad perspectivam eschatologicam consumatae unionis in gloria» (*Schema Const. De Ecclesia. Relationes de singulis numeris 6*, AS III/I, p. 174). Sobre o n. 7: «Alinea 8 iunctionem facit inter thema de corpore et thema de sponsa, secundum Eph» (*Ib.*, p. 175). Cf. *Schema Const. Dogm. De Ecclesia. Commentarius, sectio II*, 6., AS II/I, p. 230.

³² LG 4.

³³ LG 2; 4; 7,1; 13,1; 48,2; 59; SC 6; DV 17; AdG 2; 4; GS 40,2. «Spiritus Filii mittitur ut opus Eius compleat, intrinsecus vivificando Ecclesiam, eamque diversis ministeriis et donis dirigendo et renovando, donec eam ad beatum finem perducatur» (*Schema Const. Dogm. De Ecclesia. Commentarius Sectio I 4.*, AS II/I, pp. 229-230).

Santo foi enviado como princípio interno de vida e santificação, que actualiza, torna operante e interioriza a graça de Cristo na comunidade dos discípulos e os torna participantes da filiação divina em Cristo. Foi enviado também como princípio de congregação e unidade, que realiza a Igreja como comunhão no Pai e no Filho e como comunidade de irmãos. Ele faz da Igreja uma verdadeira *Koinonia* unificada em Cristo pelos vínculos profundos da fé, da esperança, da caridade e da diaconia. A sua função como princípio de vida, de renovação, de unidade e de dinamização, que une a cabeça com os membros, é tão importante dentro da Igreja, corpo de Cristo, que é comparada, segundo a tradição patrística, à função da alma no corpo humano³⁴.

Como dom escatológico de Cristo glorificado, dom permanente e definitivo, o Espírito é elemento característico da Igreja, povo messiânico e comunidade dos tempos últimos. O Concílio quis explicitamente mostrar que a Igreja como novo povo messiânico não é apenas um sucedâneo do antigo Israel, mas a sua realização plena precisamente pelo dom primicial (*pignore*) do Espírito, segundo as promessas dos profetas. É nesta perspectiva que se situa todo o número 9 da *Lumen Gentium*, onde no corpo do texto a nova aliança (e consequentemente o novo povo) é caracterizada pela presença e pela actividade do Espírito. Foi pelo envio do Espírito glorificado que Cristo fez do povo da nova aliança uma comunidade unificada na fé, na esperança e no amor. É também pelo Espírito que convoca continuamente a Igreja, pois é o Espírito que ainda hoje regenera os fiéis para a nova vida em Cristo e os congrega no único povo de Deus³⁵.

Como dom escatológico, o Espírito dá à Igreja a participação

³⁴ LG 4; 6,5; 7,7; 8,1; 9,3; 13,1; 14,2-3; 48,2; 49; UR 2,2; AA 29,3; AdG 4-5; 15,1; GS 32,4; 40,2; 45,2. É interessante notar a nuance que sofreu o texto sobre o múnus do Espírito na Igreja, no n. 7 da *Lumen Gentium*. A versão precedente era do seguinte teor: «*Spiritus autem Christi est qui unus idemque in Capite et in membris existens, totum corpus vivificat, unit et movet, ita ut principium vitae seu anima Ecclesiae iure vocatus sit*»; o texto emendado diz: «*Ut autem in Illo incessanter renovemur* (cf. Eph. 4, 23), dedit nobis de Spiritu suo, qui unus et idem in Capite et in membris existens, totum corpus ita vivificat, unificat et movet, ut *Eius officium* a Sanctis Patribus comparari potuerit cum munere, quod principium vitae seu anima in corpore humano adimplet» (*Schema Const. De Ecclesia*, AS III/I, p. 166). Cf. J. ALFARO, *Cristologia y Antropología*, Madrid 1973, p. 112.

³⁵ LG 9; UR 2, 2; AdG 15, 1; cf. nota 12.

na vida gloriosa do Senhor ressuscitado — a vida eterna — e assim torna já proleticamente presente e actuante a restauração final inaugurada em Cristo. Isto significa que é através do Espírito, que a Igreja é já de algum modo a antecipação daquela humanidade renovada do final dos tempos. O Espírito, enquanto início e garante deste final dos tempos, de salvação final, é para a Igreja penhor da glória futura, princípio de renovação, e condu-la ao encontro do Senhor glorificado. A Igreja aparece assim como criatura do Espírito, ou então como fruto e efeito contínuo da acção de Cristo glorificado através do Espírito Santo³⁶.

Depois desta exposição sobre a Igreja como Povo de Deus, Corpo de Cristo e Criatura do Espírito, estamos em condições de compreender o alcance e a profundidade dos traços fundamentais do novo estatuto existencial (em terminologia jurídica: Carta Constitucional ou lei fundamental) da Igreja, Povo de Deus, que o qualificam como *novo*, *messiânico* e *escatológico* em relação ao antigo Israel, à economia do Antigo Testamento. O novo povo tem na verdade, como Chefe, Cristo morto e ressuscitado, Senhor glorificado; como condição, a dignidade e liberdade adquirida na filiação divina pelo dom do Espírito; como lei, o mandamento do amor à semelhança de Cristo; como meta, destino e futuro, a plenitude do Reino de Deus³⁷.

4. Igreja e Reino de Deus

A reflexão anterior permite-nos agora tratar da dimensão escatológica da Igreja com mais clareza e profundidade, sob um outro aspecto, o da sua relação ao Reino de Deus. O Reino é a grandeza escatológica por excelência que ilumina privilegiadamente o mistério da Igreja na sua perspectiva sacramental (visível e espiritual) e, portanto, histórico-escatológica. Não foi por acaso que os Padres conciliares pediram que se tratasse *ex professo* deste tema e que até tivesse a precedência em relação às outras imagens bíblicas relativas ao mistério da Igreja. Daqui a importância de situar bem e claramente a interrelação Igreja-Reino em ordem à presença e ao caminhar da Igreja na história e no mundo, e à sua vocação escatológica³⁸.

³⁶ LG 48,2.

³⁷ LG 9, 2.

³⁸ Os principais discursos dos Padres sobre este tema do Reino: FLORIT, AS II/I, pp. 354-357; RUGAMBWA, *ib.*, pp. 368-370; DJAJASE-

Já vimos como a temática do Reino se move dentro da dialéctica de realidade presente e futura, já iniciada no tempo e todavia ainda a completar-se plenamente na glória, como Reino consumado, em que o domínio de Deus será completo e manifesto, quando a humanidade for definitivamente e plenamente renovada e através dela o universo. Entretanto o Reino de Deus está já presente e operante através do Senhorio de Cristo glorificado e, de modo especial, na Igreja enquanto comunidade dos crentes em Cristo. Este é, por assim dizer, o «back-ground» das declarações do Concílio, as quais poderíamos sintetizar nestes termos: a Igreja como fruto e sinal do Reino, sob o domínio do Reino e para ele orientada, isto é, para a sua consumação.

Já vimos atrás como a presença do Reino de Deus em Cristo apontava para a formação duma comunidade, através da obra salvífica de Cristo, de tal modo que a Igreja surgiu como fruto do Reino e sinal da sua presença eficaz.

O Concílio precisa melhor a relação da Igreja com o Reino através do domínio de Cristo glorificado. Jesus foi definitivamente constituído Cristo, Sacerdote e Senhor, pela glorificação, tendo-lhe sido participada em plenitude a soberania salvífica. Na actual fase da história da salvação, o Reino de Deus está presente e opera através da soberania de Cristo. Ele exerce o seu domínio salvífico pela acção contínua do Espírito, principalmente na Igreja, fazendo-a já participar a título inicial da sua realeza sobre o pecado e da vida nova do Reino, das suas funções profética, sacerdotal e regia. O próprio envio do Espírito à Igreja aparece já como manifestação do seu poder³⁹.

O Senhor glorificado exerce também a soberania salvífica na comunidade através do ministério de santificação e serviço dos que presidem à comunidade, enquanto são servidores e dispensadores dos mistérios de Deus, do seu plano de salvação através da proclamação da palavra, da celebração dos sacramentos e do serviço fraterno. Através do seu ministério, torna-se operante e eficaz o poder salvífico do Ressuscitado pelo Espírito, pois que tal ministério tem

POETRA, *ib.*, pp. 381-383; GARRONE, *ib.*, pp. 374-375; MORCILLO, *ib.*, pp. 350-352; BARROS CAMARA, *ib.*, pp. 422-423; ROMERO, *ib.*, pp. 445-447; ANCEL, *ib.*, pp. 452-457; FRANIC, *ib.*, 442-444; LERCARO, AS II/II, p. 9-13; D'ZOUSA, *ib.*, pp. 36-38; VOLK, *ib.*, pp. 45-47; SCALAIS, *ib.*, p. 53-57; VAN DER BURGT, *ib.*, pp. 59-61; SOCCHE, *ib.*, pp. 197-199.

LG 5,2; 7,4; 36.

por fim «espalhar sobre o povo os dons que vêm da plenitude da santidade de Cristo»: a vida nova em Cristo, o perdão dos pecados, a participação no sacerdócio real de Cristo — bens que promanam do Mistério pascal e encontrarão a consumação no Reino definitivo da vinda do Senhor. O ministério na Igreja tem pois a sua finalidade no Reino e está ao seu serviço⁴⁰.

Nesta perspectiva, o Concílio apresenta a Igreja com «reino de Cristo já presente em mistério» que «cresce visivelmente no mundo por virtude de Deus». Pelo contexto do n.º 3 da *Lumen Gentium*, em que se encontra esta afirmação, podemos explicitar que aqui a Igreja entende-se como espaço em que Cristo exerce a sua primazia salvífica⁴¹. O número 5 precisa ainda mais. Falando da dignidade senhorial do Cristo-Kyrios, diz que ele enviou o seu Espírito à Igreja, «a qual por isso constitui já na terra incoativamente o seu Reino», como explica a relação sobre o parágrafo segundo, ou então como afirma o próprio texto: «constitui na terra o início e germe do Reino de Cristo e de Deus», do Reino que ainda há-de ser consumado na glória⁴².

Aqui o Concílio, à luz da concepção católica típica da sacramentalidade, chega ao núcleo da questão da interrelação Igreja-Reino de Deus, iluminando-a através da perspectiva cristológica. Dum lado, exclui a identificação pura e simples como previa o primeiro esquema,

⁴⁰ LG 26, 1-3; 21,1; 28,1; PO 2,5.

⁴¹ «In qua expositione dissertis verbis extollitur primatus Christi Domini, qui Regnum coelorum in terris inducens, Ecclesiam fundavit» (*Schema Const. De Ecclesia. Relatio generalis Cap. I, AS III/I, pp. 179-180*). «In fine (n. 3) reditur ad primatum universalem Christi» (*Schema Const. De Ecclesia. Relationes de singulis numeris 3., ib., p. 172*). Cf. GS 39,3.

⁴² «Quando pois Jesus, tendo sofrido a morte da cruz a favor dos homens, ressuscitou, apareceu constituído como Senhor, Cristo e Sacerdote para sempre (cf. *Act.* 2, 36; *Heb.* 5, 6; 7, 17-21) e derramou sobre os discípulos o Espírito prometido pelo Pai. Por isso (*unde*) a Igreja, dotada com os dons do seu fundador e guardando fielmente os seus preceitos de caridade, humildade e abnegação, recebe a missão de anunciar e instaurar o Reino de Cristo e de Deus e constitui na terra o germe e início deste Reino. Entretanto, enquanto vai crescendo pouco a pouco, aspira à consumação do Reino, espera e deseja com todas as suas forças unir-se ao seu Rei na glória» (LG 5,2). A relação por sua vez explica: «In altera paragrapho edicitur Christum Dominum et Regem misisse Spiritum Sanctum ad Ecclesiam, quae in terris inchoative Regnum eius constituit et quae ad gloriam eius finalem adspirat et perducit...» (*Schema Const. De Ecclesia. Relationes de singulis numeris 5., AS III/I, p. 173*). Cf. LG 13,2.

dado que a Igreja não esgota a realidade plena do Reino e a sua riqueza omnicompreensiva e omnidimensional. Por outro lado, exclui também uma dissociação total, como se o Reino fosse uma realidade puramente transcendente e futura, perante a qual à Igreja nada mais restasse do que uma atitude espiritual de submissão e de mera expectativa. Formulado teologicamente: a Igreja, enquanto comunidade de salvação — que constitui a sua realidade profunda de Igreja — dotada dos dons e, sobretudo, do dom por excelência de Cristo ressuscitado, que é o Espírito, princípio de vida nova, e comunidade participante das suas funções messiânicas, é presencialização germinal, mistérico-sacramental do Reino de Deus. Ela constitui já na história a família dos filhos de Deus enriquecida de bens celestes. Nela e através dela, manifesta-se e realiza-se já agora o poder salvífico de Deus. Todavia, a Igreja é início do Reino na actual economia da fé, ou seja, na sua condição terrestre de peregrina; participa do senhorio salvífico de Cristo, mas na humildade, na pobreza, na abnegação, no amor e ainda não na plenitude da glória que será o Reino consumado como dom total de Deus. Tem como tarefa anunciar, difundir, instaurar o Reino já na terra *através do caminho da Cruz* e de preparar o caminho para a sua vinda ⁴³.

A Igreja, na presente fase da história de salvação, situa-se pois em tensão dialéctica essencial (já — ainda não) relativamente ao Reino. Embora seja já seu exórdio, deve ainda crescer e tender na esperança para a consumação do Reino na glória. Só então desapa-

⁴³ GS 40, 2-3; AdG 1,3. Uma série de Padres criticaria o primeiro esquema por não fazer qualquer distinção: DÖPFNER, AS I/IV, p. 184; BUTLER, AS II/I, p. 462; VOLK, AS II/II, p. 46; SCALAIS, *ib.*, p. 54. Por sua vez, o terceiro esquema exprimia mais claramente a relação entre a Igreja, início e germe do reino de Deus e a acção de Cristo glorificado: «Quia vero Christus caput in coelis intima unione cum Ecclesia, suo corpore in terris, iunctus est, hoc corpus Christum in terris vere repraesentat Eiusque actione germem et initium constituit Regni coelorum, ad quod sperando perducitur» (*Schema Const. De Ecclesia n. 5*, AS III/I, p. 166). A um pedido em ordem a eliminar a expressão «per angustam viam crucis» de AdG 1,3, sob o fundamento de que no proémio só deviam figurar os elementos substanciais, a Comissão doutrinal responde que o caminho da cruz pertence «ad substantiam»: cf. *Schema Decreti De Activitate missionali Ecclesiae. Modi a patribus conciliaribus propositi et a Commissione doctrinali examinati*, Typ. Pol. Vat. 1965, p. 7. Cf. também J. WITTE, *Quelques thèses sur la sacramentalité de l'Église dans ses rapports avec la catholicité et l'apostolicité*, *Istina* 1 (1969) 142; G. PHILIPS, *L'Église et son Mystère...* I, p. 97; E. SCHIL-LEBEECKX, *La mission de l'Église*, pp. 9-11.

recerá a diferença e a tensão entre ambos. Evocando uma passagem da *Didaché*, o decreto *Ad Gentes* põe em relevo esta ordenação da Igreja à consumação no Reino Futuro: «O tempo da actividade missionária situa-se entre a primeira e a segunda vinda do Senhor, em que a Igreja será reunida dos quatro ventos, como colheita, no Reino de Deus» ⁴⁴. Daqui recebe a Igreja todo o sentido e toda a finalidade, como comunidade de esperança, peregrina no mundo.

5. A Igreja, Novo Israel em êxodo

Apresentando o mistério da Igreja, comunidade escatológica de salvação, o Concílio não cai numa visão idealista e quase platónica, própria do primeiro esquema *De Ecclesia*. Nesse esquema a Igreja aparecia como uma «essência» per eita, intemporal, como se estivesse acima do humano e não vivesse e experimentasse as vicissitudes e contingências da história ⁴⁵.

O mistério da Igreja, segundo o Concílio, não é algo abstracto, mas realiza-se, «está presente e manifesta-se numa sociedade concreta» e, portanto, incarnada, situada no mundo e no curso da história. A Igreja-mistério apresenta-se como realidade complexa, caracterizada como comunidade simultaneamente humana e divina, visível e espiritual, temporal e escatológica, que na diversidade de aspectos forma uma totalidade una e única ⁴⁶. Nascida do acontecimento escatológico de Cristo, é movida por um dinamismo interno

⁴⁴ AdG 9,1; cf. LG 9,2; GS 40.

⁴⁵ Vários Padres pediram que se tivesse em atenção a realidade histórica da Igreja e o seu carácter escatológico. A conferência episcopal germânico-austriaca criticava o primeiro esquema porque falava da Igreja demasiado «essencialisticamente», isto é, «Ecclesiam proponit ut realitatem semel pro semper aedificatam et perfectam» (AS I/IV, p. 603); cf. LASZLO, AS III/I, pp. 484-486; JÄGER, AS II/III, p. 93; GRACIAS, I/IV, p. 178; DEVOTO, *ib.*, p. 250.

⁴⁶ LG 8. «*Intentio* autem est ostendere, Ecclesiam, cuius descripta est intima et arcana natura, qua cum Christo Eiusque opere in perpetuum unitur, his in terris concrete inveniri in Ecclesia catholica. Haec autem Ecclesia empirica mysterium revelat, sed non sine umbris, donec ad plenum lumen adducatur, sicut etiam Christus Dominus per exinanitionem ad gloriam pervenit. Ita precavetur impressio ac si descriptio, quam Concilium de Ecclesia proponit, esset mere idealistica et irrealis. (...) Mysterium Ecclesiae adest et manifestatur in concreta societate» (*Schema Const. De Ecclesia. Relationes de singulis numeris 8*, AS III/I, p. 176). Cf. também *Relatio generalis, ib.*, p. 180; GS 40,2.

em ordem à plenitude de Deus. A eclesiologia do Concílio teve em vista situar a Igreja concreta na sua condição histórica, sob o horizonte iluminante do Eschaton, que está no seu início e no seu termo. Mais concretamente: como se situa a Igreja entre o início e a plenitude do Reino, entre a ascensão e a parusia do Senhor, qual a relação, o impacto e as consequências que se estabelecem entre o seu elemento escatológico e o institucional. A Igreja na história situa-se e move-se, de facto, entre a bipolaridade do Eschaton, já presente e ainda por vir, que faz dela uma realidade dialéctica de ser e não ser ainda plenamente, como referimos ao falar do Reino. O Eschaton aparece como referência necessária para situar a Igreja no tempo, do qual esta recebe significação e sentido normativo: «A realidade presente (na Igreja) é ordenada e subordinada à cidade futura para a qual caminhamos»⁴⁷.

Para caracterizar a Igreja situada na história, a expressão privilegiada do Concílio é «*Ecclesia peregrinans*», «*Ecclesia viatorum*». É de novo a categoria fundamental de Povo de Deus, com o seu fundo bíblico, histórico-salvífico, a inspirar a reflexão do Concílio pondo em relevo a finalização e a marcha da Igreja para o Reino de Deus, a Jerusalém ou pátria celeste, a cidade futura, indicando simultaneamente o carácter itinerante do momento presente e fazendo a ligação entre o presente e o futuro da Igreja. No número 9 da *Lumen Gentium* há uma passagem fundamental que conjuga sinteticamente estes dois aspectos histórico-escatológico:

«Como o Israel segundo a carne, que peregrinava no deserto, é já chamado Igreja de Deus (cf. 2 Esdr. 13, 1; Núm. 20, 4; Deut. 23, 1ss.), assim o novo Israel, que caminhando no tempo presente procura a cidade futura e permanente (cf. Heb. 13, 14), também é chamado Igreja de Cristo (cf. Mt. 16, 18), pois que Ele próprio a adquiriu com o seu sangue (cf. Act. 20., 28), a encheu do seu Espírito e a dotou de meios de união visível e social. Deus convocou a congregação daqueles que acreditando olham para Jesus como autor da salvação e de unidade e paz, e constituiu-a em Igreja, para que seja para todos e cada um sacramento visível desta unidade salvífica»⁴⁸.

⁴⁷ SC 2; cf. LG 8,1; 6,5; 7,5.8; 9,2-3; 48, 1-3.

⁴⁸ LG 9,3. Entre as razões que levaram a desenvolver o tema do povo de Deus, a relação geral enumera: «Sub hoc enim titulo Populi Dei, ex Scrip-

Quais os traços com que o Concílio caracteriza a condição itinerante da Igreja na história?

Primeiramente é caracterizada como comunidade de esperança. A esperança é sublinhada pelo Concílio como a atitude característica do Novo Povo que caminha ao encontro do seu Senhor. Naturalmente, trata-se da esperança que vive da fé e se expressa activamente no amor. Tem o seu fundamento primário no dom do Espírito que torna já presente o estádio final da renovação inaugurado no acontecimento da ressurreição de Cristo. Para a Igreja, a restauração final é simultaneamente dom e promessa. Ela é já início do Reino e todavia vive da promessa da sua glorificação. O seu destino está associado ao de Cristo. Assumindo a teologia paulina sobre a Igreja como comunhão, o Concílio revela a dimensão eclesial da esperança e a sua importância essencial na comunhão da Igreja. A esperança, juntamente com a fé e o amor, é vínculo constitutivo da sua unidade ou melhor ainda da própria Igreja como *Koinonia*. A Igreja é unificada em Cristo pela participação na vocação a uma única esperança no único baptismo de fé. «Elevado sobre a cruz e glorificado, o Senhor Jesus efundi o Espírito prometido por meio do qual chamou e reuniu na unidade da fé, da esperança e da caridade o povo da nova aliança que é a Igreja, como ensina o Apóstolo: ‘um só corpo e um só Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação. Um só Senhor, uma só fé, um só baptismo’ (Ef. 4, 4-5)»⁴⁹.

A economia da fé e da esperança caracterizam o tempo actual da Igreja. Isto significa, como o deixa ver o Concílio, que realmente possui o bem escatológico da salvação, mas de modo adequado ao tempo presente, na obscuridade da fé e na posse inicial da esperança e não na posse e na glória definitiva⁵⁰. É aqui que radica aquele carác-

tura desumpto: 1) *Ecclesia ostenditur ut inter tempora ad finem beatum progrediens, in statu nempe suo historico, qui aspectus multa propria exhibet* (*Relatio circa caput II Schematis De Ecclesia*, AS III/I, p. 500). Sobre o povo de Deus peregrino cf. SC 2; 8; LG 2; 5,2; 6,5; 7,8; 8,4; 9,2-3; 14,1; 21,1; 44,3; 48; 50; 62; UR 2,5-6; 3,5; 6,1; DV 7; AA 4; OT 8; 9; 14; 21; AdG 2; GS 1; 40; 45.

⁴⁹ UR 2,2; cf. LG 5,2; 8,1; 9,2; 32; 48; UR 2,5. O n. 8 da *Lumen Gentium* na versão anterior falava simplesmente da Igreja como comunidade de fé e amor. A pedido de vários Padres foi introduzida a esperança para caracterizar a Igreja peregrina: «Inter elementa comunitatis additur spes secundum postulationem E/535 cum 135 Episcopis; E/550; E/560» (*Schema Const. De Ecclesia. Relationes de singulis numeris* 8., AS III/I, p. 177). Cf. BARROS CAMARA, AS II/I, p. 424; TABERA ARAOZ, *ib.*, p. 730.

ter dialéctico a que acenámos, que a eclesiologia conciliar assumiu como constitutivo do estatuto existencial da Igreja no seu caminhar para o Reino e que perpassa as grandes afirmações do Concílio. Este carácter dialéctico faz com que a Igreja seja *in fieri, Ecclesia consummanda et glorificanda*: só atingirá a sua consumação na glória celeste. Além disso dá a todo o ser e existir da Igreja, aos seus atributos, uma conotação de dinamismo, de tensão e mesmo de paradoxo, situando a historicidade do povo de Deus em relação ao Eschaton.

«O fim já chegou até nós (cf. 1 Cor. 10, 11) e a renovação do mundo foi irrevogavelmente constituída e está antecipada de modo real neste mundo: com efeito, a Igreja já na terra é dotada de verdadeira santidade, ainda que imperfeita. Até que haja novos céus e nova terra em que habita a justiça (cf. 2 Ped. 3, 13), a Igreja peregrina, nos seus sacramentos e nas suas instituições, traz a figura deste mundo que passa e ela mesma vive entre as criaturas que gemem e sofrem as dores de parto até ao presente, e aspiram à revelação dos filhos de Deus (cf. Rom. 8, 19-22)»⁵¹.

Este texto deixa bem vincado o carácter escatológico-dialéctico da Igreja como realidade incompleta, *in fieri*. Ela participa já na vida gloriosa de Cristo glorificado, mas é chamada a segui-lo no caminho da cruz; é santa, mas sempre necessitada de renovação e de reforma; comunidade salva, mas aspirando à libertação total; universal, mas sempre em extensão; una, mas sofrendo a divisão e chamada a cres-

⁵⁰ DV 7,2; LG 48. A relação sobre o n. 7 da Dei Verbum explicita a economia da fé: «Momentum extollitur Traditionis et Scripturae in Ecclesia. Per eas enim contemplari Deum valet iuxta mensuram praesentis vitae statui consentaneam, quae introductio et veluti initium est perfectae visionis eschatologicae. Illa contemplatio non exhauritur in mera cognitione intellectuall fere platonica, sed totam afficit vitam...» (*Schema Const. De Divina Revelatione. Relatio de n. 7, AS III/III, p. 84*).

⁵¹ LG 48, 3. «Ut satisfieret his postulatis, secundum decisionem Commissionis, in sequentibus fusius exponitur doctrina de indole eschatologica Ecclesiae, sive consideratae in suo statu glorioso, sive in anticipatione huius status finalis in hoc aevo temporalis. Hic status terrestris manifestat, tum realem sed adhuc incompletam renovationem, tum indolem transitoriam variarum Ecclesiae institutionum...» (*Schema Const. De Ecclesia. Relatio ad n. 48, AS III/IV, p. 59*). Cf. Y. CONGAR, *Proprietà essenziali della Chiesa*, in: *Mysts 7, Brescia 1972, p. 558*.

cer na unidade plena em Cristo; comunidade definitiva, mas que contém em si a provisoriedade das suas instituições⁵²...

Devido à situação de peregrina, a Igreja experimenta na sua existência e na sua missão a condição de precariedade, como que de «exílio» no mundo, longe do seu Senhor na glória. «O Senhor Jesus que disse: 'tende confiança, eu venci o mundo' (Jn. 16, 33), com estas palavras não prometeu à Igreja a vitória perfeita neste mundo»⁵³. O seu caminhar para a meta final processa-se em tensão dolorosa, pois que à semelhança do seu Senhor vive e sofre as tribulações e vicissitudes da história. Participa já da realza de Cristo, mas sob a forma kenótica de serviço — ao serviço do Reino — à semelhança do mesmo Cristo no seu existir terrestre. O Concílio estabelece assim um equilíbrio entre a teologia da glória e a teologia da cruz, aplicadas à Igreja. A configuração desta a Cristo passa sobretudo através da dinâmica pascal da tribulação, do sofrimento, da paixão, com a certeza de ser associada à glória futura. A Igreja peregrina é pois caracterizada prevalentemente como Igreja sofredora, perseguida, oprimida — *Ecclesia militans et opressa*, ou na expressão da Comissão doutrinal, como *Ecclesia crucis* ou *sub cruce*. «Peregrinando ainda na terra, seguindo os seus passos na tribulação e na perseguição (*Eius vestigia... prementes*), somos associados à sua paixão, como o corpo à Cabeça, sofrendo com Ele, para com Ele sermos conglorificados (cf. Rom. 8, 17)»⁵⁴.

A Igreja é pois chamada a trilhar o caminho da cruz, o mesmo é dizer, da humildade, da obediência, do serviço e da pobreza, como características essenciais da sua condição de peregrina na história, excluindo qualquer triunfalismo.

Não são apenas as dificuldades externas que constituem provação para a Igreja. Ela mesma nos seus membros sofre a tentação do pecado, faz experiência da fraqueza humana e da infidelidade. O

⁵² Cf. Y. CONGAR, *A Guisa de Conclusão*, in: *A Igreja do Vaticano II* (dir. G. BARAŪNA), p. 1290. Sobre os paradoxos e as tensões da Igreja: R. LATOURELLE, *Cristo e la Chiesa segni di salvezza*, Assisi 1971, pp. 112-220.

⁵³ PO 22,4; cf. LG 8,3-4; G. PHILIPS, *L'Eglise et son Mystère... I*, p. 137.

⁵⁴ LG 7,5; cf. LG 8,4; 9,3; 42,2; UR 4,6; AdG 1,3; 5,2. «Manifestatio mysterij in Ecclesia catholica fit simul in virtute et debilitate, scilicet etiam in conditione paupertatis ac persecutionis, peccati et purificationis, ut Ecclesia assimiletur Christo, qui tamen fuit sine peccato» (*Schema Const. De Ecclesia. Relationes de singulis numeris 8, AS III/I, p. 176*).

Concílio afirma sem dúvida a indefectibilidade da santidade da Igreja. A união de Cristo à Igreja como sua Esposa é na verdade indissolúvel — e aqui está o núcleo da santidade como dom — e a renovação escatológica e, portanto, a vitória da graça de Deus nela presente são irrevogáveis⁵⁵. Por outro lado, o Concílio não idealiza a santidade da Igreja. Apresenta uma série de afirmações onde se vê que a santidade é imperfeita e coexiste com o pecado nos seus membros. Embora tenha revelado certa relutância em falar de Igreja pecadora, não deixa margem de dúvida de que é Igreja de pecadores (*in suo sinu peccatores complectans*), de que é afectada na função de sinal (*vultus Ecclesiae minus fulgeat*) e mesmo ferida (*peccando vulneraverunt*) pelo pecado dos seus membros. A Igreja sem mancha nem rugas existirá só no final dos tempos, na plena união com Cristo⁵⁶.

A santidade é algo de dinâmico; para a Igreja é vocação. Ela é chamada a crescer em Cristo e a deixar-se conduzir pelo Espírito. O Concílio, apesar da objecção de alguns Padres, situa mesmo a Igreja na história como criatura entre as criaturas que ainda geme e suspira pela redenção final. No seu estado itinerante, é chamada, na totalidade dos seus membros, a vencer o pecado e tem sempre necessidade da misericórdia e do perdão de Deus: «Como na verdade muitos pecamos em muitas coisas, temos necessidade constante da misericórdia de Deus e devemos rezar todos os dias: 'Perdoai as nossas ofensas' (Mt. 6, 12)»⁵⁷.

Da condição de peregrina que experimenta a fraqueza e infidelidade dos membros e por ela é afectada, e da vocação escatológica com a qual se confronta, o Concílio deriva a necessidade da purificação, da renovação e da reforma da Igreja como necessidade permanente (*perpetuo indiget*) e empenho constante — *Ecclesia simul sancta et purificanda, Ecclesia semper reformanda*⁵⁸.

A renovação e a reforma exigem antes de mais a conversão interior do coração e a transformação da mentalidade: é verdadeira metanoia da Igreja penitente. A renovação da Igreja nos seus membros

⁵⁵ LG 6,5; 8,3; 9,3; 10; 39; 40,1; 42; 47; 48.

⁵⁶ LG 8,3; 9,3; 14; 15; 36; 65; DH 12,1; UR 3,5; 4,6; GS 43,6. Cf. *Schema Const. De Ecclesia. Relatio de n. 9*, AS III/I, p. 194; K. RAHNER, *La Chiesa peccatrice nei decreti del Concilio Vaticano II*, in: *Nuovi Saggi I*, Roma 1968, pp. 461-478.

⁵⁷ LG 40,1; cf. também LG 65.

⁵⁸ LG 8,3-4; 9,3; UR 4,6; 6; cf. J. FEINER, *Kommentar zum I. Kapitel des Dekrets über den Oecumenismus*, in: *LThK Vat. II/II*, pp. 71-72.

é apresentada como exigência do crescimento do Reino de Deus. Todavia refere-se também à Igreja «enquanto instituição humana e terrena» que leva em si o carácter do provisório na sua configuração histórico-sacramental. O campo da renovação e reforma estende-se às estruturas e instituições eclesiais, aos costumes, à disciplina, à formulação do dogma, à adaptação pastoral, sempre no sentido de crescer na fidelidade à sua vocação⁵⁹. O Concílio faz ressaltar assim o papel do Eschaton na renovação e reforma contínuas da Igreja: ora enquanto o escatológico relativiza o institucional, isto é, as formas históricas da expressão e realização da instituição, ora enquanto é princípio interno dinamizador e finalizador, que liberta a Igreja do imobilismo, da esclerotização, da autosuficiência, do triunfalismo. Dum lado, a Igreja é chamada a viver sempre mais plenamente e intensamente o que já possui ou é, a sua realidade de comunidade salva. Doutra lado, é chamada a viver e crescer — confrontando-se e purificando-se — em ordem ao seu *Telos*, para o qual tende e ao e ao qual se deve configurar⁶⁰.

O agente principal desta renovação é o Espírito Santo. Ele realiza-a e leva-a a termo seja na santificação dos crentes, seja na reforma das estruturas e instituições. Os próprios carismas são vistos na *Lumen Gentium* também dentro desta perspectiva⁶¹.

No meio de todas as vicissitudes é porém a graça de Deus que sustenta a Igreja. Ela caminha sob o signo da promessa da assistência do Senhor ressuscitado, sustentada e dinamizada pela acção do Espírito. É o Senhor glorificado que lhe dá força e coragem para enfrentar e vencer as dificuldades, internas e externas na fé, na con-

⁵⁹ «...reformatio de qua hic agitur, non tantum ad christianas personas atineat sed ad ipsam Ecclesiam in vita eius externa: in humanis institutis, in munere pastoralis, in modo exprimendi doctrinam» (*Schema Decreti de Oecumenismo. Relatio*, AS III/II, p. 339). Sobre a formulação da fé cf. UR 11; GS 62, 2.

⁶⁰ «Das ist die eschatologische Dynamik, die nicht nur ein Zug ist, den man neben dem Institutionellen auch besprechen kann oder muss, sondern ohne den das Institutionelle an der Kirche gar nicht korrekt beschrieben wird» (O. SEMMERLOTH, *Kommentar zum VII. Kapitel der dogmatischen Konstitution über die Kirche*, in: *LThK Vat. II/I*, p. 314); cf. Y. CONGAR, *Renouveau de l'esprit et réforme de l'institution, Concilium* 73 (1972) 38.

⁶¹ LG 4; 7,7; 8,3; 9,3; 12,2; cf. M. MIDALI, *Il mistero della Chiesa*, in: *La Costituzione dogmatica sulla Chiesa* (dir. A. FAVALE), Torino-Leumann 1967, pp. 308-314; sobre a relação entre carisma e instituição cf. O. SEMMELROTH, *Institution und Charisma*, *GvL* 36 (1963) 443-454; H. KUNG, *La structure charismatique de l'Eglise, Concilium* 4 (1965) 43-59.

fiança, na paciência, na constância e no amor⁶². É d'Ele que recebe a certeza de que não falhará intrinsecamente na fidelidade ao seu Senhor: permanecerá essencialmente na verdade e no amor de Jesus. É interessante notar como o Concílio, ao afirmar a infalibilidade da Igreja na fé e a indefectibilidade no amor, mostra como esta infalibilidade e indefectibilidade lhe competem precisamente como povo escatológico da Nova Aliança, na ligação essencial, definitiva e indissolúvel a Cristo. A graça escatológica de Deus está irrevogavelmente presente e operante na Igreja, comunidade de salvação⁶³.

Como que catalisando todos estes aspectos atrás referidos, o Concílio remata o número 9 da *Lumen Gentium*, apresentando em traços sóbrios e em grandes linhas o itinerário escatológico do povo de Deus em marcha:

«Devendo estender-se a toda a terra, (a Igreja) entra na história dos homens, enquanto todavia, simultaneamente, transcende os tempos e os confins dos povos. Caminhando no meio das tribulações e tentações, a Igreja é sustentada pela força da graça de Deus que lhe foi prometida pelo Senhor, a fim de que, na enfermidade da carne, não falhe (*deficiat*) à fidelidade perfeita, mas permaneça esposa digna do seu Senhor e, sob a acção do Espírito Santo, não cesse de renovar-se até que através da cruz chegue à luz que não conhece ocaso»⁶⁴.

Conclusão

A eclesiologia do Vaticano II desenvolve o carácter escatológico da Igreja enquanto comunidade, fruto da salvação consumada em Cristo.

⁶² LG 8,4; 9,3; cf. *Schema Const. De Ecclesia. Relatio de singulis numeris* 8., AS III/I, p. 176.

⁶³ LG 6,5; 9,3; 12,1; 25; 39; 48; GS 43,6. «*Loco in credendo indefectibilis est ponitur falli nequit. Indefectibilitas respicit ad perpetuitatem, infallibilitas ad veritatem. Ecclesia, in qua Christus, opere salutis completo vivit, et quae a Spiritu Sancto ad veritatem ducitur, a via salutis simpliciter declinare non potest, ideoque hoc sensu infallibilis est. Licet mysterium perfecte perspiciat, ab errore tamen, per assistentiam Spiritus Christi, praeservatur; unde falli nequit*» (*Schema Const. De Ecclesia. Relatio de n. 12*, AS III/I, p. 198).

⁶⁴ LG 9,3.

Na sua realidade profunda de mistério-comunhão de graça, a Igreja está ligada a todo o acontecimento de Cristo, ao longo da história da salvação, muito particularmente à história da aliança e da promessa de Cristo, Messias escatológico, e ao Reino messiânico. Por isso é colocada na linha do Israel de Deus, como sua realização definitiva.

A Igreja é fruto de toda a obra salvífica de Cristo, desde a encarnação redentora e o anúncio do Reino até à ressurreição e dom do Espírito, passando pela morte. Surge como fruto primeiro da salvação comunitária em Cristo. É a comunidade dos tempos últimos. Como tal, constitui o povo messiânico da nova Aliança, herdeiro das promessas e dos bens messiânicos e participante do carácter profético sacerdotal e real de Cristo. Como Corpo comunitário de Cristo e criatura do seu Espírito, a Igreja participa da sua plenitude de vida e é chamada a comungar do seu destino. O Espírito faz dela acontecimento de graça, acontecimento comunitário e definitivo da salvação em Cristo no hoje da história.

O elemento escatológico está pois inscrito na estrutura fundamental bem como no novo estatuto existencial da Igreja. Na verdade, ela tem Cristo como chefe, a liberdade filial como condição, o amor como lei e dinamismo, o Reino como meta. A referência essencial da Igreja ao Reino é de fundamental importância para a compreensão da Igreja dentro do acontecimento escatológico de Cristo. É aí que ela sobressai de modo especial como comunidade escatológica de salvação e como comunidade de esperança. Embora germe e início do Reino na história, vive contudo voltada, em tensão de expectativa e esperança, para o Reino futuro, onde será consumada.

O caminhar da Igreja na história recebe sentido e dinamismo do Eschaton. É já início da nova criação, mas ainda não chegou à plenitude. Vive a escatologia ainda sob o signo da cruz: experimenta a precariedade das suas instituições, sofre a tentação do pecado e da infidelidade dos seus membros, necessita de penitência, renovação e reforma, trilha o caminho de paixão e perseguição, suspira ainda pela redenção final. Esta tensão de expectativa perpassa toda a vida da Igreja e tem a sua expressão sacramental mais alta, enquanto atitude e confissão comunitária, na celebração eucarística. Entretanto, na história, a Igreja é também portadora desta esperança do Reino para o mundo.

ANTÔNIO DOS SANTOS MARTO

Professor do I. C. H. T.